

<i>Agradecimentos</i> .....	7
<i>Prefácio</i> .....	9
<b>Capítulo I – Introdução</b> .....	<b>13</b>
1 Objeto e estrutura do trabalho.....	13
<b>Capítulo II – Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais</b> .....	<b>17</b>
2 Generalidades .....	17
3 Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais segundo José Afonso da Silva .....	20
4 Classificação das normas constitucionais quanto à respectiva eficácia conforme Jorge Miranda.....	25
<b>Capítulo III – O fenômeno da inconstitucionalidade por omissão normativa</b> .....	<b>29</b>
5 Conceito e caracterização da omissão inconstitucional .....	29
6 continuação: momento de configuração da inconstitucionalidade por omissão.....	34
7 Modalidades de omissão inconstitucional: a “total” e a “parcial” ...	41
8 A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão no direito português .....	45
9 O controle judicial da inconstitucionalidade por omissão no direito brasileiro .....	49
<b>Capítulo IV – Mandado de injunção</b> .....	<b>55</b>
10 Fonte histórica .....	55
11 Previsão normativa, natureza jurídica e objeto .....	75
12 O requisito “falta de norma regulamentadora” .....	85
13 continuação: superveniência da norma regulamentadora no curso do processo.....	88
14 continuação: controle judicial das chamadas “omissões parciais” ...	90

15	Autoaplicabilidade.....	94
16	Competência .....	96
17	Legitimidade ativa .....	105
18	continuação: litisconsórcio ativo .....	107
19	Legitimidade passiva .....	109
20	Causa de pedir .....	112
21	Objeto do processo .....	113
22	Procedimento.....	114
23	continuação: intervenção do Ministério Público .....	117
24	Medida de urgência .....	117
25	Decisão final .....	119
26	Análise crítica da eficácia da decisão à luz da evolução jurisprudencial e da lei.....	127
27	Crerios para a expansão dos limites subjetivos da eficácia da decisão .....	141
28	A provisoriedade da decisão do mandado de injunção.....	149
29	continuação: revisão judicial da decisão transitada em julgado .....	153
30	Recursos .....	154
31	Limites objetivos da coisa julgada.....	160
32	Efetivação da decisão.....	164
33	Cabimento de reclamação para garantir a autoridade de decisão com eficácia geral .....	169
34	Mandado de injunção coletivo .....	173
35	O mandado de injunção e o princípio da separação dos Poderes .....	179
	<i>Referências</i> .....	185